



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FRANCICLÉBIA VIEIRA MARTINS

**EDUCAÇÃO INFANTIL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
POSSÍVEIS DISCUSSÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO -
APRENDIZAGEM**

CAJAZEIRAS – PB
2022

FRANCICLÉBIA VIEIRA MARTINS

**EDUCAÇÃO INFANTIL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
POSSÍVEIS DISCUSSÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO -
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus de Cajazeiras/PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Zildene Francisca Pereira

**CAJAZEIRAS – PB
2022**

M386e Martins, Franciclébia Vieira.
Educação infantil e a Base Nacional Comum Curricular: possíveis discussões acerca do processo de ensino-aprendizagem / Franciclébia Vieira Martins. - Cajazeiras, 2022.
48f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Zildene Francisca Pereira.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2022.

1. Educação infantil. 2. Base Nacional Comum Curricular. 3. Ensino. 4. Aprendizagem. 5. Crianças. I. Pereira, Zildene Francisca. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS CDU - 373.2

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

FRANCICLÉBIA VIEIRA MARTINS

**EDUCAÇÃO INFANTIL E A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR: POSSÍVEIS DISCUSSÕES ACERCA DO PROCESSO
DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

Aprovado em: 24/03/2022

BANCA EXAMINADORA



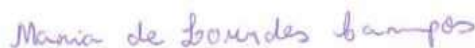
__ Prof^ª. Dr^ª. Zildene Francisca Pereira – UAE/CFP/UFCG
Orientadora



_ Prof^ª. Ms. Belijane Marques Feitosa – UAE/CFP/UFCG
Examinadora



__ Prof^ª. Dr^ª. Edinaura Almeida de Araújo – UAE/CFP/UFCG
Examinadora



Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes Campos UAE/CFP/UFCG

Suplente

Dedico este trabalho, à Glória do Grande Arquiteto do Universo, Senhor Jesus, pela sua excelência e grandeza, por ter me criado à sua imagem e semelhança e ter me abençoado com a palavra da sabedoria e a palavra do conhecimento.

A santíssima virgem Maria, minha mãe do céu, que me faz serva do seu filho Jesus, que me ensina a preferi-lo. Que eu possa realizar esse sonho, segundo a vontade de Deus e moldada por ti, Nossa Senhora.

A São Miguel Arcanjo, poderoso vencedor das batalhas espirituais e a todas as crianças que com seus sorrisos e abraços me derrubam, me fazem acreditar, que por mais difícil que seja o trabalho diário, nenhuma profissão seria mais gratificante e encantadora, do que ser Pedagoga.

AGRADECIMENTOS

Precisei me acalmar, inúmeras vezes me cansei, senti medo, estresse, quis desistir, por muitas vezes faltou até tempo para sonhar. E é por isso que eu tenho motivos de sobra para agradecer, por durante toda a minha vida não ter navegado sozinha e com o apoio de todos ter conseguido superar todas as dificuldades e obstáculos que surgiram ao longo desses seis anos.

Agradeço aos meus pais, Francilina Caetana e Sebastião Vieira que sempre acreditaram em mim, depositando confiança, apoio incondicional, amparo e orações, principalmente pelas orações, demonstrando amor sempre, por ser minha inspiração, minha base, admiração infinita.

Agradeço aos meus irmãos, Gledson, Samara e Samuel, que foram meu espelho, que em meio a opiniões e críticas incentivaram-me a não desistir. Ao meu irmão Sérgio Vieira, que sempre me ajudou e, por muitas vezes, deixou de dormir para esperar por mim no ponto de ônibus até meia noite.

Agradeço ao meu namorado, Romário Ferreira, pela certeza de sempre ter alguém para contar, por todas as palavras de incentivo, paciência e companhia quando o medo queria tomar conta de mim.

Aos amigos/as que adquiri nesse período de graduação, em especial a Leoneide, Sabrina, Joselha e Elane que foram tão presentes e solícitas. Ao meu grupo: “Lindas e professoras”, a Sara, a Janaína, a Joyce e Lurdes, a minha tia Silvânia a minha tia Graça, a Cláudia e Miguel pelas orações, a Manaíres, a “minhas madrinhas”, a “minhas amigas”, a Herlison e Júlio César pelas caronas até o ponto de ônibus, e a todos os meus familiares de sangue e também os familiares de coração, que estiveram sempre presente nos momentos mais difíceis da minha vida, me compreendendo, dando força, incentivo, atenção e carinho. Suas palavras renovavam as minhas forças e me impulsionavam a prosseguir.

Minha sincera gratidão, a minha orientadora Zildene Pereira, que desde o primeiro contato, se fez muito mais que uma simples Professora, com toda sua paciência, compreensão e sua forma de romper com a hierarquia professor-aluno fazendo de suas aulas e orientações, uma troca enriquecedora de conhecimentos, sendo um ponto de apoio emocional, com sua escuta sensível.

Aos professores/as da Universidade Federal de Campina Grande, que contribuíram positivamente na minha vida profissional e humana. Em especial, ao Campus de Cajazeiras/PB.

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente”.

(FREIRE, 1996, p. 106)

RESUMO

Este trabalho destaca a Base Nacional Comum Curricular e suas implicações no processo de ensino aprendizagem na compreensão de professoras de Educação Infantil. O interesse pela temática surgiu a partir do questionamento: De que forma a Base Nacional Comum Curricular tem sido trabalhada na Educação Infantil, considerando os seus principais aspectos, na perspectiva da atuação docente, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena/PB? Temos como objetivo geral: Analisar como vem sendo discutida a Base Nacional Comum Curricular, voltada para a Educação Infantil, em escolas públicas municipais da zona urbana da cidade de Santa Helena/Paraíba. Nos objetivos específicos, temos: apresentar um breve histórico da Educação Infantil no Brasil e as mudanças ocorridas ao longo dos anos; explicar a importância da garantia dos direitos de aprendizagens propostos pela BNCC; conhecer o que professores/as, que trabalham na Educação Infantil em escolas municipais da zona urbana da cidade de Santa Helena/Paraíba entendem acerca do trabalho desenvolvido em sala de aula, considerando os campos de experiências destacados na BNCC. O referencial teórico foi desenvolvido desde as reflexões acerca das implicações dos primeiros movimentos assinalados na história do Brasil no sentido de assistir as crianças na Educação Infantil abordando como era vista a criança de 0 a 5 anos, antes da Constituição Federal de 1988, a importância dos Documentos legais na história da Educação Infantil no Brasil e a importância da garantia dos direitos de aprendizagens propostos pela BNCC. A metodologia nos permitiu buscar os esclarecimentos sobre o tema, a partir de uma abordagem qualitativa, nos dando condições para encontrar flexibilidade no entendimento de como se dá o processo de aprendizagem por meio da reflexão e interpretação dos dados coletados, através de um questionário. Por fim, os dados nos permitiram concluir, durante a análise das percepções das professoras que, ainda, existe dificuldade no momento de trabalhar de acordo com a BNCC, mas reconhecem que esse documento só veio para contribuir com a Educação Infantil, favorecendo o desenvolvimento das competências das crianças, além de estabelecer a garantia dos direitos de aprendizagens através dos campos de experiências, que permitem a alunos e professores/as trabalharem vivências e atividades que contemplem o desenvolvimento, o conhecimento e a aprendizagem conjunta em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Infantil; Base Nacional Comum Curricular; Ensino aprendizagem.

ABSTRACT

This work highlights the National Curricular Common Base and its implications in the teaching-learning process in the understanding of Early Childhood teachers. The interest in the theme arose from the question: How has the National Common Curricular Base been worked on in Early Childhood Education, considering its main aspects, from the perspective of teaching activities, in municipal public schools in the city of Santa Helena/PB? We aim to analyze how the National Curricular Common Base, focused on Early Childhood Education, has been discussed in municipal public schools in the urban area of the city of Santa Helena/Paraíba. The specific objectives include: presenting a brief history of Early Childhood Education in Brazil and the changes that have taken place over the years; explain the importance of guaranteeing the learning rights proposed by the BNCC; to know what teachers who work in Early Childhood Education in municipal schools in the urban area of the city of Santa Helena/Paraíba understand about the work developed in the classroom, considering the fields of experience highlighted in the BNCC. The theoretical framework was developed from the reflections on the implications of the first movements marked in the history of Brazil in the sense of assisting children in Early Childhood Education, approaching how the child from 0 to 5 years old was seen, before the Federal Constitution of 1988, the importance of Legal documents in the history of Early Childhood Education in Brazil and the importance of guaranteeing learning rights proposed by the BNCC. The methodology allowed us to seek clarification on the subject, from a qualitative approach, giving us conditions to find flexibility in understanding how the learning process takes place through reflection and interpretation of the data collected, through a questionnaire. Finally, the data allowed us to conclude, during the analysis of the teachers' perceptions, that there is still difficulty in working according to the BNCC, but they recognize that this document only came to contribute to Early Childhood Education, favoring the development of children's skills. children, in addition to establishing the guarantee of learning rights through the fields of experiences, which allow students and teachers to work on experiences and activities that contemplate development, knowledge and joint learning in the classroom.

Keywords: Early Childhood Education; Common National Curriculum Base; Teaching learning.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
CONDECAs	Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCAs	Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	13
2.1 Documentos legais na história da Educação Infantil no Brasil.....	15
2.2 A importância da garantia dos direitos de aprendizagens propostos pela BNCC.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
3.1 Caracterização da pesquisa.....	30
3.2 Apresentação do Locus da pesquisa e os sujeitos participantes.....	31
3.3 Instrumentos de coleta de dados.....	32
4 CONTRIBUIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATOS DE PROFESSORAS ATUANTES EM ESCOLAS PÚBLICAS.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	48
APÊNDICE B – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E QUESTIONÁRIO.....	49

1 INTRODUÇÃO

[...] não educamos nossos alunos apenas na sala de aula, também as formas de organização e as práticas de gestão [...] educam e ensinam.

(LIBÂNEO, 2018, p. 230)

A presente pesquisa tem como tema “Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular: possíveis discussões acerca do processo de ensino – aprendizagem”. Com base nas leituras e reflexões realizadas para a elaboração dessa pesquisa, apresentamos sugestões e orientações com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017. Tenho nesse trabalho algumas reflexões que me levaram a pensar este documento como um condutor para contribuir com as práticas pedagógicas nas salas de aula de Educação Infantil, começando pelos planejamentos dos/as professores/as, colaborando com o entendimento docente e, conseqüentemente, ter uma prática educativa de boa qualidade, garantindo, diariamente, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Nesse sentido, serão asseguradas as condições para que as crianças possam desenvolver suas habilidades na Educação Infantil. Desse modo, este trabalho apresenta a importante inovação que a Educação Infantil recebeu com a chegada da BNCC (2017). Esse documento, por ser muito extenso e complexo, muitos/as professores/as acabam não se sentindo estimulados para estudar a fonte original e transformar o seu trabalho docente.

O interesse por esse tema surgiu a partir do questionamento: De que forma a Base Nacional Comum Curricular tem sido trabalhada na Educação Infantil, considerando os seus principais aspectos, na perspectiva da atuação docente, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena/PB? A partir dessa pergunta elaboramos o objetivo geral que está assim organizado: Analisar como vem sendo discutida a Base Nacional Comum Curricular, voltada para a Educação Infantil, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena – PB. E para os objetivos específicos teremos: apresentar um breve histórico da Educação Infantil no Brasil e as mudanças ocorridas ao longo dos anos; explicar a importância da garantia dos direitos de aprendizagens propostos pela BNCC; conhecer o que professores/as, que trabalham em escolas municipais, entendem acerca do trabalho desenvolvido em sala de aula, considerando os campos de experiências destacados na BNCC.

A principal motivação para sustentar a presente temática surgiu quando descobri o meu amor por crianças e como posso contribuir para o seu desenvolvimento integral. Por ser

uma defensora fiel das brincadeiras nas ações pedagógicas, percebi que, ainda, existem muitas tentativas de antecipação nas etapas das crianças, como também a falta de incentivo e apoio nos ambientes familiares e escolares, podendo gerar várias consequências negativas na vida adulta.

Atuando como profissional da Educação Infantil há nove anos no município de Santa Helena-PB é perceptível que a BNCC nos trouxe o caminho mais confiável para a qualidade da prática educativa, entretanto, apenas ler esse material oficial que rege o nosso trabalho não é suficiente para que cheguem ao nosso plano de aula. Muitas vezes as leituras nos traduzem mais dúvidas e curiosidades em torno do assunto. É necessário que esse documento seja desdobrado em orientações ao professor, de forma dinâmica, organizada e exemplificada, principalmente que esse novo material seja disponibilizado para cada profissional da Educação Infantil.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, “[...] é o início e o fundamento do processo educacional” (BRASIL, 2017, p. 34). Sabemos que os professores que atuam em creches e pré-escolas vêm há muitos anos experimentando diferentes exigências em relação à sua atuação.

No contexto atual o professor de Educação Infantil precisa conhecer efetivamente a Base Nacional Comum Curricular para atingir o objetivo desta etapa, que é o desenvolvimento integral da criança. Diante disso a BNCC (2017), não pode ser apresentada como algo burocrático e trabalhoso, mas como algo que possibilite enxergar a criança de forma participativa do seu processo educativo. Nesse sentido, desenvolver um trabalho que apresente de maneira clara como incluir a BNCC nos planejamentos, nos planos de aulas e, sobretudo na prática docente, é de extrema importância, pois esse documento orienta o planejamento docente, assim sendo, a prática dos professores atingirá os direitos de aprendizagem das crianças.

A monografia está organizada em quatro capítulos: O primeiro trata-se da introdução, que apresento o tema pesquisado, como surgiu o interesse pelo tema, além da motivação e relevância da temática; no segundo apresento um capítulo teórico, a partir da reflexão sobre um breve histórico da Educação Infantil no Brasil e as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

No terceiro, apresento os procedimentos metodológicos, o tipo de pesquisa, o lócus e os participantes, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise. No quarto capítulo realizamos a análise dos dados coletados, a partir da percepção de professoras com relação ao entendimento da Base Nacional Comum Curricular e, por fim, apresento as

considerações finais e o entendimento de que à medida que as professoras compreendem a BNCC é possível realizar um trabalho que favoreça o desenvolvimento infantil.

2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

(FREIRE, 2003, p. 61)

A Educação Infantil no Brasil nem sempre teve um lugar de destaque na formação da criança pequena. Podemos dizer que sua história educacional teve início em 1988, a partir da Constituição Federal e tem progredido até os dias atuais. Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, até chegar ao atual documento que define as aprendizagens essenciais das crianças pequenas, a BNCC. Segundo Silva e Francischini (2011, p. 2):

Os primeiros movimentos assinalados pela história no sentido de assistir crianças foi uma iniciativa na qual as Câmaras Municipais do Brasil passaram a destinar uma quantia monetária ao acolhimento de crianças negras, mestiças e brancas que eram abandonadas, as chamadas crianças enjeitadas. Amas-de-leite e criadoras eram pagas com essa quantia para criarem as crianças abandonadas e, sistematicamente, apresentavam as crianças às autoridades governamentais.

O início da história da Educação Infantil na assistência para a criança no Brasil teve sua primeira fase até (1874), nessa época, não existiam políticas públicas educacionais para as crianças, os pequenos não tinham direitos, não eram considerados cidadãos, recebiam a mínima atenção das autoridades governamentais, não frequentavam as escolas, muitos eram abandonados pelas famílias e criadas por mulheres que recebiam uma quantia do governo para exercer esse trabalho. Esse foi o primeiro movimento direcionado à Educação Infantil no Brasil.

De acordo com Silva e Francischini (2011), o segundo movimento ocorreu no início do século XVIII com a fundação de instituições católicas que abrigavam as crianças pequenas sem revelar as pessoas que abandonaram.

Farias (2005) destaca outro marco importante que ocorreu nessa fase inicial da história do Brasil, ou seja, a chegada dos jesuítas, e nesse movimento uma pequena mudança começa a ocorrer em relação à educação das crianças da primeira infância, pois agora eles se preocuparam em lhes ensinar as letras e outras demais aprendizagens, apresentando um

pequeno sinal de progresso em relação à criança brasileira. Porém, infelizmente a história da Educação Infantil tem início com um marco de desigualdade, pois existia uma enorme diferença entre a criança da casa grande e a criança escrava, como apontam Silva e Francischini (2011, p. 3):

Para as primeiras, além da educação jesuíta oferecida a partir dos seis anos, era reservada instrução em casa para a aprendizagem das primeiras letras; para as demais, nenhum direito à educação, mas o dever de aprender algum ofício, também a partir dos seis anos. É com este crivo de desigualdade que começamos a nossa história.

É importante destacar que o modelo de educação dos jesuítas permeia a Educação no Brasil até os dias atuais, pois os primeiros professores foram formados por eles e ainda hoje encontramos vestígios de uma educação tradicional e, conseqüentemente, marcada por uma imensa desigualdade.

Nesse sentido, um movimento em relação às crianças é marcado por um pequeno progresso, conforme Silva e Francischini (2011), os jesuítas consideravam a criança como alguém que poderia ser moldável, a criança era vista como uma folha em branco e que poderiam torná-las no que desejassem. Assim, surge à mentalidade de que o futuro do país estava nas mãos dos pequenos, e foi a partir desse interesse pessoal que os dirigentes do Brasil começaram a dar uma atenção maior para as crianças, cuidando da saúde, bem-estar e proteção.

Em (1874 até 1889) Construíram instituições sociais, substituindo aquelas que eram mantidas por ações de caridade e passaram a considerá-las como um projeto social. A partir desse movimento surge a ideia das primeiras creches e jardim de infância no Brasil. Para Rizzini (2004, p. 13):

[...] a análise da documentação histórica sobre a assistência a infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situações de pobreza e/ou famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: O de serem encaminhados para Instituições como se fossem órfãos ou abandonados.

Posto isso, podemos perceber que durante muitos anos no Brasil, a criança foi vista com pouca importância, sem nenhum direito e sem nenhuma política pública e/ou educacional para assegurar a sua vivência. No entanto, de acordo com Silva (2011), a partir da década de 90, as crianças de 0 a 6 anos começam a ter uma nova história, essa por sua vez, assegurada a partir de documentos legais. Então, a no próximo tópico deste trabalho vamos apresentar um

pouco dos principais documentos legais que existiram até chegar ao documento atual que rege essa etapa da Educação Básica, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular de 2017.

2.1 Documentos legais na história da Educação Infantil no Brasil

O primeiro documento legal foi a Constituição Federal de 1988, que estabelece a Educação Infantil como um dever do Estado e um direito das crianças. É a partir deste ano que as crianças de 0 a 6 anos de idade podem então frequentar a escola. A Constituição Federal (1988, p. 131) assevera em seu Artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal (1988) afirma que a educação da criança e do adolescente é um direito que precisa ser assegurado pela família, sociedade e Estado, assistindo-os em todas as suas necessidades.

Outro marco importante ocorreu em 13 de julho de 1990, quando finalmente é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Nº 8.069/1990, de modo a regulamentar os artigos 227 e 228 da Constituição Federal, harmonizado com os paradigmas internacionais de proteção integral, como pessoas em desenvolvimento, com prioridades absolutas. O ECA revoga a concepção de menor em situação irregular do Código de Menores de 1979, sendo substituída pela proteção integral, de natureza universal a todas as crianças e adolescentes do país, sem distinção de classe social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) diz em seu art. 5:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Tal legislação afirma que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e direitos civis, humanos e sociais, sendo considerados cidadãos em desenvolvimento com direito a proteção e a segurança em seu universo, seguindo os parâmetros trazidos pela Doutrina da

Proteção Integral. Dessa forma, compete à família, à sociedade em geral e ao Estado, garantir o pleno gozo de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, a todas as crianças e adolescentes, tendo em vista sua situação peculiar de desenvolvimento.

A Doutrina da Proteção Integral em que o Estatuto da Criança e do Adolescente se ampara, expressa os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, à tutela jurisdicional diferenciada levando em conta a condição especial em que se encontram.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) Lei nº 8.242, de 12.10/1991, assim como também os Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECAs) e os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDDCAs), responsáveis pela proposição de políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, órgão propositivos, deliberativos, paritários, fiscalizadores e controladores das ações nos três níveis, tanto na prevenção como na proteção.

Tais conselhos citados acima são considerados inovadores, visto que possibilitam uma maior participação popular, incentivando a busca constante pela efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, por meio do fortalecimento e da criação de políticas públicas voltadas a este segmento. Desde a criação desses conselhos, foram sendo realizadas as Conferências dos Direitos da Criança e do adolescente, espaços democráticos de participação popular com o intuito de debater e construir propostas de políticas públicas para a criança e ao adolescente. Além dos conselhos de direitos, a nova legislação vem, ainda, criar os conselhos tutelares e os Fundos da Criança e do Adolescente.

Já em 1996, é quando a Educação Infantil na (LDB) Lei de Diretrizes e Bases passa a fazer parte da Educação básica do Brasil e é reconhecida como um segmento de aprendizado das crianças. A Educação Infantil constitui-se em uma fase muito importante para a criança, é um momento em que consegue desenvolver movimentos, pensamentos e atitudes de forma correta. Contudo, para que este processo ocorra de maneira legal, é necessário que o ensino seja transmitido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96, em seu artigo 29, em que afirmar ser esta a primeira etapa da educação básica, estabelecendo como finalidade o desenvolvimento integral dos alunos de até 05 (cinco) anos de idade. Respeitando cada fase de acordo com a faixa etária. Partindo deste pressuposto, a escola deve oferecer procedimentos que desperte nas crianças o interesse e o entusiasmo para aprender.

Nesse período, o sistema de educação brasileira sofreu grandes atualizações a partir

das intervenções dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009), a Constituição Federal de 1998 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) lei nº 9.394/96, as quais definiram a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, assegurando com essa ampliação uma conquista significativa para a sociedade brasileira. Conforme a LDB 9.394/96, seção II, há uma garantia, como explicitado a seguir:

Art. 29 - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Art. 30- A Educação Infantil será oferecida em: I- creches, ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade; II- pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

A partir de então, a criança deixa de ser vista como um miniadulto e passa a ganhar visibilidade na sociedade, como um ser pensante e atuante, com sentimentos, desejos, direitos e deveres que correspondem a sua realidade, que é de ser criança. Desta forma, a Educação Infantil, segundo a lei, precisa ser organizada de acordo com a idade das crianças, em um local adequado como as creches e as pré-escolas, ressaltando que o seu principal objetivo é o desenvolvimento da criança em todos os aspectos: físicos, sociais, motores e intelectuais. No entanto, não é apenas só certificar, é necessário que haja uma garantia no ensino infantil.

Em 1998, foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), em que consta os objetivos dessa etapa, algumas orientações didáticas e conteúdo. O processo de desenvolvimento da criança acontece a partir do momento em que ela vem ao mundo, quando ela passa a ter contato com a sua família. Logo, ela passará a compreender os limites, a adquirir autonomia para andar, para falar as suas primeiras palavras e começará a conhecer seu corpo. O desenvolvimento da criança se inicia na família e continua na escola, cujo papel é levar as crianças a desenvolverem sua própria autonomia a partir da brincadeira.

Nessa perspectiva, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 11) afirma que:

Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias.

Na escola de Educação Infantil, ao entrar, a criança passa a ter contato com várias outras crianças de diferentes raças, etnias, religiões; então, cabe à escola fazer com que esse

momento de encontros leve os aprendizes a enriquecer seu aprendizado mediante a socialização, o contato com a diversidade, onde a criança vai passar a descobrir novos valores e ideias diferentes.

Cabe ainda ressaltar, que a identidade da criança se constrói a partir do momento de interação com as outras. Sobre isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 13) designa que:

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição.

Logo, ao adquirir sua autonomia na escola, a criança passa a tomar suas próprias decisões, considerando as regras e valores construídos na escola. Além disso, a convivência diária com as diferentes origens e hábitos de outros, leva a criança a compreender as diferenças que existem entre ela e os demais. Igualmente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) aponta que ao ingressar nessa modalidade de ensino, poderão abrir novos horizontes para os alunos, em razão da socialização com outros estudantes e adultos de diferentes realidades e culturas, o que contribui para o conhecimento de novas formas de brincar e aprender. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 15) versa:

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como, a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas.

A construção da autonomia e da identidade acontece segundo a interação social e a vivência com a troca de experiências com os demais alunos. Outro importante ponto do desenvolvimento da criança consiste na descoberta da sexualidade: até mesmo antes de ir à escola, a criança começa a apresentar sinais dessa percepção. O RCNEI (1998, p. 18), também diz que a “[...] sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos”.

Em 2010, surge também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) que orientam os planejamentos e a organização dos Currículos, nos mostrando que as interações e as brincadeiras são os eixos dessa etapa da Educação. Trazendo a união entre o cuidar e o educar, mostrando que são dois processos indissociáveis para a Educação Infantil e, podemos unir aos dois, o brincar, enquanto fundamental para o desenvolvimento da criança. As DCNEI (2010, p. 12) reforçam este direito quando diz que: “É dever do Estado garantir a oferta da Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”.

Na escola de Educação Infantil, a criança passa a ter contato com várias outras crianças de diferentes raças, cores, etnias, religiões; então, cabe à escola fazer com que os aprendizes enriqueçam seu aprendizado mediante a socialização, o contato com a diversidade, onde a criança vai passar a descobrir novos valores e ideias diferentes. As DCNEI (2010) corroboram a respeito afirmando que:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p. 18).

Um dos elementos fundamentais a ser considerado, neste contexto, é o currículo, isto é, um conjunto de práticas que deverão articular os conteúdos curriculares com a realidade do aluno. É interessante colocar que a criança de 0 a 5 anos de idade aprende através do brincar, do imaginar, do observar, do experimentar, do narrar, do questionar etc., sendo capaz de construir sentidos para a sua vida pessoal e até mesmo, profissional futura, em um processo de formação humana e social, que exige criticidade e forma ativa de participação social.

As DCNEI descrevem a proposta pedagógica, também denominada como Projeto Político Pedagógico da escola, como um processo que envolve a participação de toda comunidade escolar, na definição de metas que se almeja alcançar quanto à aprendizagem, no desenvolvimento de ações pedagógicas comprometidas com a educação e o cuidado das crianças.

Portanto, a Educação Infantil é o início e a parte fundamental do processo educacional. A entrada na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem em uma situação de socialização estruturada.

Assim, de acordo com as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2010), o eixo curricular da Educação Infantil, deve estar envolto em dois processos: interações e brincadeiras. Estes processos vêm promover na criança o conhecimento de si e do mundo que a cerca, bem como possibilitar a ampliação de expressões sensoriais e corporais, respeitando a individualidade, no que concerne aos processos rítmicos diferenciados; além disso, favorecem o engajamento da criança com as mais diferentes linguagens, sejam estas, gestual, verbal, plástica, dramática e musical, concedendo a oportunidade de apreciar e interagir com o processo de desenvolvimento da oralidade e da escrita (considerando os gêneros textuais mais diversos).

Nesse contexto, faz-se necessário que creches e pré-escolas, uma vez, no processo de elaboração de proposta curricular, estabeleçam propósitos para a integração de experiências como estas citadas, pois se a instância escolar obtiver uma identidade institucional que tenha como iniciativa, escolhas coletivas (em consenso, compromisso e envolvimento de todos), e respeite certas particularidades pedagógicas, o aprendizado na Educação Infantil ocorrerá de forma prazerosa e significativa.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação foi construído e fundamentado, que sem uma educação de boa qualidade não se consegue obter um conhecimento diferenciado. Neste sentido, temos o Plano Nacional de Educação como uma base, pois a partir dele será construído seus respectivos planos de educação.

É válido destacar que o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, é uma política sancionada com o intuito de melhores condições de para que as crianças e os adolescentes tenham uma educação de qualidade sendo assim é válido destacar:

[...] estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos [...] (BRASIL, 2014).

Assim, observamos que o profissional está sendo instruído a participar de cursos que ampliem seu campo de conhecimentos, ajudando na melhoria da educação das crianças e jovens. O Plano Nacional de Educação (2014) já considera a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo em vista o desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos que, a partir das oportunidades oferecidas, poderão ter chances de viver experiências mais enriquecedoras para o seu desenvolvimento como cidadã.

Em 2017, então, foi publicada a Base Nacional Comum Curricular, organizada por

eixos estruturantes, direitos de aprendizagem das crianças, objetivos de desenvolvimento de aprendizado, além de trazer a nova organização curricular por campos de experiências, oferecendo às crianças perspectivas em torno das interações e vivências como forma de desenvolvimento, dando ênfase aos direitos de aprendizagem, tais como: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. A partir dessa relação, é visível que a BNCC mostra interesse na criança pequena, não só na dimensão de cuidar, mas também com vistas a educar, destacando a importância da criança, como parte do processo de ensino e aprendizagem.

É evidente que na interação com os seus pares e com os adultos, as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar, além de descobrir que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, que apresentam outros pontos de vista. Conforme vivem suas “primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), as crianças constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros [...]” (BNCC, 2017, p. 36).

A BNCC (2017) apresenta os Campos de Experiências, os quais contribuem para um bom desempenho das crianças em todas as dimensões com ênfase nas noções: de habilidades, de atitudes, de valores e de afetos, elementos que devem ser desenvolvidos de 0 a 5 anos, com vistas na garantia dos direitos de aprendizagem por meio da Educação Infantil, isto é, a aquisição do conhecimento vem com a experiência que cada criança vivencia no ambiente escolar.

Desse modo, a organização desses campos visa dar apoio ao professor no planejamento de sua prática intencional. O primeiro Campo de Experiências é *Eu, o Outro e o Nós*, que compreende ser na interação de adultos e crianças que se constrói a forma de pensar, agir e descobrir o modo como o outro vive. O segundo, *Corpo, Gestos e Movimentos*, consiste na expressão e comunicação das crianças sobre elas mesmas e o mundo ao seu redor. O terceiro, *Traços, Sons, Cores e Formas*, possibilita às crianças a utilização de vários instrumentos, como: músicas, voz, fala e escuta, ações que promovem a participação das crianças. O quarto Campo, *Espaço, Tempos, Quantidade, Relações e Transformações*, é ofertada às crianças a interação com a brincadeira, oportunizando a aprendizagem relativa ao manuseio e manipulação de objetos, bem como a buscar respostas para suas curiosidades. O quinto e último Campo, *Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação*, destaca que desde o seu nascimento, a criança passa a participar de situações comunicativas com as pessoas ao seu redor (BNCC, 2017).

Portanto, vimos que a BNCC mostra caminhos para a melhoria da aprendizagem das

crianças, dando suporte ao trabalho docente. O professor, desse modo, encontra caminhos para sua prática pedagógica, situando a criança como protagonista desse processo, que visa uma educação integral. Segundo (BRASIL, 2017, p. 39):

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências.

Nesse viés, é perceptível que em tal dinâmica, é preciso estar articulado com toda a equipe pedagógica de cada instituição escolar, para atingir os objetivos propostos para a aprendizagem do educando.

2.2 A importância da garantia dos direitos de aprendizagens propostos pela BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (2017) apresenta a organização curricular da Educação Básica, na qual uma parte é destinada à Educação Infantil, tornando possível, nessa primeira etapa da Educação Básica, contribuir de maneira significativa com o trabalho de Gestores, Coordenadores e Professores/as. O conteúdo disponível nesse documento apresenta a importância da garantia dos direitos de aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos e ao mesmo tempo orienta passo a passo o que fazer e como fazer para que esses direitos sejam realmente garantidos. A primeira questão a se pensar em relação à garantia dos direitos de aprendizagem é repensar a criança, pois agora ela deve ser vista em nova concepção. Nesse viés:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipótese, conclui, faz julgamentos e assimila valores e constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio de ações e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2017, p. 38).

Então, a partir das orientações expressas para a Educação Infantil em nosso país, foi estabelecido um currículo mais estruturado mediante a proposta intencional de educar por meio de práticas pedagógicas bem definidas, em que a criança passa a ser o centro do

processo de ensino aprendizagem, agora, não apenas recebem o conhecimento ensinado pelo educador, mas constrói juntamente com ele.

Nesse sentido, Fornaciari (2019) explana que percebemos a evolução da Educação Infantil trazida pelo documento normativo e obrigatório que é a BNCC, quando este trouxe uma inovação no trabalho docente, pois muita coisa mudou. Agora o professor tem um currículo próprio e de acordo com a faixa etária que a sua turma pertence. A Partir do estudo desse documento, saberá onde começar, o caminho a percorrer para se chegar ao desenvolvimento integral da criança.

Conforme a BNCC (2017), existem dez competências que todos os alunos da Educação Básica precisam desenvolver ao longo do seu percurso escolar, inclusive os estudantes de Educação Infantil. Assim, o objetivo principal da BNCC é trabalhar essas dez competências em sala de aula, com a finalidade de formar cidadãos.

A primeira competência que deve estar no planejamento escolar é o conhecimento, ou seja, as crianças necessitam aprender a conhecer o mundo. Conforme Fornaciari (2019), desde pequeno, precisamos conhecer e valorizar o mundo físico, cultural, digital e todos os elementos que nele existem.

A segunda competência, de acordo com a BNCC (2017), é o pensamento, isto é, as crianças devem desenvolver a criticidade, a capacidade de argumentação, a criatividade, pois as atividades desenvolvidas em sala de aula devem apresentar oportunidades para que as crianças criem, recriem, explorem a imaginação. Fornaciari (2019) explana, nesse contexto, que o mundo necessita de criatividade.

A terceira competência a ser trabalhada é o repertório cultural. A criança precisa aprender qual é a sua cultura e conhecer a diversidade de cultura que existe no mundo. Trabalhar culturas significa apresentar, fazer conhecer, visitar, participar e conviver com outros povos.

A quarta competência é a comunicação, considerada a mais importante no nosso cenário atual, o professor deve estimular que a criança se comunique de diversas formas, através de desenhos, expressões, oralidade, escrita, gestos, sinais, enfim, tudo isso no sentido de trocar informações e experiências um com o outro (BRASIL, 2017).

A quinta competência, ainda, de acordo com Brasil (2017), é a cultura digital, onde coloca a importância de construir com as crianças a habilidade de manusear a tecnologia respeitando as regras que a técnica apresenta, relacionado a direitos autorais entre outras. A sexta competência é:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017, p. 9).

Essa competência visa o desenvolvimento do pensamento de projeto de vida, onde a criança tenha oportunidade de dar início ao despertar da profissão que quer exercer quando estiver adulto. Como sugestão para trabalhar essa competência em sala de aula, Phelipe (2018) sugere a construção de cantinhos encantados, ou seja, cantinho do veterinário/a, do Professor/a, do feirante/a entre outras diversas profissões. Desse modo, a criança começa a decidir a sua profissão desde pequeno.

Quando falamos no sentimento de esperança relacionado a essa nova realidade para Educação Infantil enxergamos um futuro com jovens decididos, seguros do que desejam para suas vidas. Evitando o constrangimento de iniciar vários cursos superiores e desistir, ou apenas deixar que a família fizesse essa escolha por eles, correndo o risco de cursar aquilo que não gosta e, conseqüentemente, ser um profissional frustrado por não gostar do que faz.

A sétima competência está relacionada à capacidade de argumentação. Conforme Fornaciari (2019) é necessário desenvolver a capacidade de argumentação logo na Educação Infantil, no sentido de aprendermos a justificar quando falamos que não gostamos de algo e em seguida sugerir uma proposta de acordo com o que defendemos ser melhor sobre o determinado assunto em questão. Vivemos em sociedade em que um pequeno número de pessoas tem essa habilidade de argumentação, ao longo da nossa Educação Infantil e até mesmo no ensino fundamental e médio não nos foi oferecido oportunidade de argumentar algo, pelo contrário, o “bom aluno” era aquele que ficava quietinho, sem falar nada e sem se levantar da cadeira. Para piorar a situação, em casa, com as famílias a realidade não era diferente, pois a maioria das famílias era tradicional, no sentido em que valorizava aquele filho que não questionava as regras dos pais.

Portanto, a privação dessa realidade tradicional contribuiu para um reflexo que percebemos atualmente, através de Professores que não conseguem argumentar e defender a sua função em várias situações. Passamos cinco anos estudando, enfrentando as mais diversas dificuldades, até finalmente estarmos formados. Os/as professores/as concluem uma diversidade de formação continuada, os armários já não cabem mais tantos certificados e quando finalmente vamos atuar em sala de aula, nos deparamos com pessoas que querem dizer como devemos trabalhar pessoas essas, que não apresentam nenhuma experiência em relação à docência e pouca formação escolar.

A oitava competência está relacionada ao autoconhecimento e o autocuidado, no documento da BNCC é necessário “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2017, p. 10). Essa competência é extremamente importante, pois o autoconhecimento e o autocuidado nos permitem sermos pessoas saudáveis. Para que isso aconteça, é necessário ter desenvolvido a capacidade de nos conhecermos para só depois saber nos cuidar (FONACIAR, 2019). E, é por isso, a relevância de se começar a trabalhar todas essas questões na primeira etapa da vida, que é a Educação Infantil.

A nona competência é a empatia e cooperação, ou seja, precisamos trabalhar em sala de aula a capacidade de a criança entender o sentimento do outro, compreender que cada um de nós apresenta reflexos de nossas experiências e por isso, sentimos e agimos de maneira diferente.

Por último, a décima competência, conforme a BNCC (2017), está relacionada à cidadania, ou seja, a necessidade de desenvolver a capacidade de pensarmos no outro, tendo consciência de que o que fazemos terá consequência seja no ambiente ou em outras áreas da nossa vida. Por isso a importância de desenvolver a responsabilidade nas crianças, a responsabilidade não só dos valores éticos e morais, mas também responsabilidade financeira, afetiva, emocional, espiritual, familiar etc. Isto posto, o objetivo principal da BNCC, é que ao concluir o ensino médio o aluno tenha conseguido desenvolver essas dez competências. Por isso a importância de começar a trabalhar cada uma delas, logo na Educação Infantil.

Conforme Fonaciar (2019), ao concluir a educação básica estará formado um cidadão de forma integral, isto é, entendendo todas as áreas e perspectivas da vida, desde lidar com conflitos a argumentar porque não concorda com a crítica e ao mesmo tempo ter maturidade para ponderar.

Desta forma, a finalidade dessas competências é que as crianças, jovens e adultos aprendam a viver sem adoecer, sem entrar em depressão, sem desistir de ir à escola, mas que possamos viver tendo boa qualidade de vida, pois essa geração é fruto de uma sociedade em que os conteúdos eram ‘jogados’ sobre nós, e não apresentamos habilidades para lidar com bullying, com a crítica, com o autoritarismo de professores/as, dentre outros fatores que poderíamos citar.

Apresentadas às competências acima, a BNCC (2017) apresenta no percurso curricular o caminho para que o objetivo geral seja alcançado. Logo, Phelipe (2018) afirma que o segundo passo é compreender as diretrizes que regem a Educação Infantil que é o cuidar e o

educar. Nesse sentido, cuidar e educar são direções, são rumos que o professor precisa considerar para começar a trabalhar o desenvolvimento dessas dez competências com as suas crianças. Segundo Phelipe (2018, p. 8):

Sabemos que há muita diferença entre educar e cuidar, seja de um bebê, seja de uma criança de 5 anos. Isso porque eles estão em fase de desenvolvimento distintas e os seus interesses e necessidades também são diferentes. O professor de Educação Infantil, precisa conhecer as características de desenvolvimento infantil e as peculiaridades de ação pedagógicas de cada faixa etária. Uma das especificidades do trabalho com crianças pequenas é a compreensão do modo como elas expressam, se comunicam, experimentam, brincam, aprendem sobre o mundo e a cultura que as cercam.

Então, o cuidar e o educar são os caminhos pelo qual o Professor/a de Educação Infantil precisa percorrer. Cuidar no sentido de tomar conta, se preocupar, atender, observar. Já educar está relacionado a nutrir a mente, preparar, habilitar, formar, qualificar. Nessa direção, conforme Phelipe (2018), o terceiro passo que o Professor/a de Educação Infantil deve se preocupar é com os eixos estruturantes dessa etapa. Eixo significa foco, isto é, todas as vivências que serão pensadas para as crianças dessa etapa devem girar em torno desses eixos que são interações e brincadeiras.

Por conseguinte, para aprender desenvolver as dez competências que é o nosso produto, o professor/a vai precisar considerar os eixos estruturantes (interações e brincadeiras). É com esses dois eixos que o professor vai desenvolver competências sugeridas, pois as crianças são seres pensantes, por isso precisamos deixar que eles pensem, interajam com o aquilo que desejam descobrir ou realizar.

Conforme Fornaciari (2019), a criança precisa interagir com tudo, para se desenvolver, a melhor forma de promover essa interação é por meio de brincadeiras. A BNCC (2017) define alguns direitos que são essenciais no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. E o brincar na Educação Infantil faz parte desses direitos:

Brincar cotidianamente de diversas formas em diferentes espaços e tempos com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2017, p. 36).

Nesse sentido, é comum observarmos nas creches e pré-escolas esse cenário de interações e brincadeiras apenas nas datas comemorativas, o que não se faz de modo errôneo.

Na verdade, os professores/as precisam apenas ampliar esse universo, para que as brincadeiras ocorram de acordo com todas as experiências trabalhadas em sala durante o ano inteiro. Refletimos sobre como a culminância do carnaval, da Páscoa, do dia do índio, é significativa para as crianças, porque elas brincam.

Assim sendo, o Professor/a tem agora, um documento oficial e obrigatório que lhe assegura a utilização de brincadeiras, trabalhando não só as datas comemorativas, mas sim as experiências, inclusive as letras e os números.

A brincadeira é algo que pertence à criança, à infância. Através do brincar a criança experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para o outro. Ela cria e recria a cada nova brincadeira, o mundo que a cerca. O brincar é uma forma de linguagem que a criança usa para compreender e interagir consigo, com o outro, com o mundo (KAERCHER, 2001, p. 104).

Então, ao brincar, a criança descobre as coisas do mundo, embora saibamos que às vezes ela quer brincar quando o/a Professor/a está ensinando uma experiência. Logo, a melhor forma de conseguir a atenção da criança é inventando uma brincadeira para que ele compreenda a experiência em questão brincando. Phelipe (2018) sugere que na sala de referência tenha um cantinho dos jogos, que nesse cantinho tenha diversos jogos de tabuleiros e que a criança seja estimulada a compreender as regras de cada jogo. Também se vislumbra jogos explorando letras, números, cores, emoções, nome próprio entre outras experiências. O cantinho dos jogos permite que as crianças não somente memorizem conteúdos, mas aprendam de uma forma divertida e prazerosa, tornando-se uma vivência significativa para os pequenos e construindo uma base sólida para melhor seguir o seu caminho escolar.

De acordo com Fornaciari (2019), enquanto a criança brinca descobre sensações, emoções, reações e invenções. Para que a brincadeira proporcione tudo isso é preciso que o/a professor/a faça uma investigação com a sua turma, com a finalidade de descobrir do que eles mais gostam de brincar, como terá atenção deles/as como ela interage, o quanto se motiva, quanto tempo fica com a atenção focada.

Por consequência, toda e qualquer finalidade na Educação Infantil, só será atingida se o/a professor/a conhecer toda essa realidade das crianças, a particularidade de cada um e, principalmente, ativar o corpo da criança, em relação ao movimento. Essa investigação deve acontecer inclusive para aquelas crianças que apresentam desafios no desenvolvimento de aprendizagem.

Seguindo o nosso roteiro de como trabalhar o desenvolvimento das competências, Fornaciari (2019) explica que o quarto passo deve ser planejado por toda equipe escolar, são

os direitos de aprendizagens. Nesse sentido, o primeiro direito de aprendizagem é o **conviver**, ou seja, aceitar o outro com o legítimo outro na convivência, como ele é, como ele pensa.

Ainda na ótica de Fornaciari (2019), a criança precisa aprender a conviver com outras crianças, outros adultos, com as diferenças, utilizando diferentes linguagens, interagindo de forma natural, com um conceito formado em relação ao outro, excluindo a possibilidade de preconceito, julgamento e discriminação, visto que tudo isso é ignorância, ou seja, não foi trabalhado o desenvolvimento de conhecer o diferente. Por isso, a importância de trazer a família para dentro da escola para ser educada nesse sentido também.

Na perspectiva da autora, é papel do professor conviver com as pessoas, nesse contexto de inclusão e respeito, pois só assim poderá garantir que as crianças aprendam conviver com o outro em uma relação harmônica. É muito difícil desenvolver no outro aquilo que não temos e, nesse sentido, a prática do professor/a precisa ser condizente com a sua realidade. O objetivo só será atingido e esse direito garantido quando a criança desenvolver a habilidade de conviver com o diferente de maneira inclusiva e não somente pela segregação que é o que acontece em inúmeras escolas.

O segundo direito de aprendizagem é o **brincar**. De acordo com a BNCC (2017), a criança precisa brincar de diversas formas, por isso os professores de Educação Infantil passam a ter o dever de proporcionar brincadeiras diversas para as crianças, pois é através da brincadeira que se compreende esse mundo que chegou há pouco tempo. Para a criança, brincar é coisa séria, a brincadeira apresenta regra, desafio, estratégia. A criança necessita de brincadeira, pois através dela, experimenta várias possibilidades de se desenvolver de forma integral. Diante disso, o brincar aparece no documento atual que rege a Educação Infantil como um direito da criança, pois brincando ela é capaz de realizar qualquer atividade de forma prazerosa. Se virar brincadeira ela faz com prazer.

O terceiro direito de aprendizagem que precisa ser garantido é **participar**. Fornaciari (2019) afirma que não adianta o plano do professor/a estar bonito e organizado se ele não permitir que o aluno participe das suas tomadas de decisões, entendendo que tem o tempo de falar, de ouvir, pensar e tentar. É preciso permitir que a criança faça sozinha, mesmo se ela errar várias vezes. O quarto direito de aprendizagem da criança é

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 38).

Sendo assim, a escola deverá ser um lugar de descobertas e interações, apresentando inúmeros elementos para serem explorados pelas crianças, pois é através da exploração que a criança concretiza a sua aprendizagem.

O quinto direito é **expressar**, seus sentimentos, emoções, argumentarem seus medos, seus costumes, sua cultura. E o quinto e último direito de aprendizagem da criança proposto pela BNCC é o direito de **conhecer-se**. Muitas crianças não têm oportunidade do autoconhecimento, chegam à fase adulta precisando da ajuda de psicólogos para desenvolver essa habilidade. De acordo com Fornaciari (2019), a criança precisa antes se conhecer para realizar o seu autocuidado, ou seja, cuidado, do corpo, alimentação e mente.

No capítulo seguinte, apresentaremos os procedimentos metodológicos e o caminho percorrido durante a elaboração desta monografia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quem ensina aprende ao ensinar
e quem aprende, ensina ao aprender.
(FREIRE, 1996, p. 13)

Descrevemos, nesse capítulo, os procedimentos metodológicos, a partir das etapas de realização do estudo e escrita da monografia, caracterizando o tipo da pesquisa quanto à abordagem, aos objetivos, e aos procedimentos de coleta e análise de dados. Nesse sentido, trata-se de um ponto fundamental para compreendermos o andamento da pesquisa realizada.

Retomaremos aqui nosso problema de pesquisa: De que forma a Base Nacional Comum Curricular tem sido trabalhada na Educação Infantil, considerando os seus principais aspectos, na perspectiva da atuação docente em três escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena/PB? Objetivo geral: Analisar como vem sendo discutida a Base Nacional Comum Curricular, voltada para a Educação Infantil, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena – PB. Objetivos específicos: Apresentar um breve histórico da Educação Infantil no Brasil e as mudanças ocorridas ao longo dos anos; Explicar a importância da garantia dos direitos de aprendizagens propostos pela BNCC; Conhecer o que professores/as, que trabalham em escolas municipais, entendem acerca do trabalho desenvolvido em sala de aula, considerando os campos de experiências destacados na BNCC.

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa é classificada como de natureza básica, pois pretende gerar conhecimento científico sem uma aplicação prática determinada ou prevista, partindo de verdades e valores universais. Segundo Michel (2009, p. 43):

Não tem propósito de aplicabilidade imediata; é generalista; voltada para a descoberta de fenômenos naturais e físicos; (teoricamente) não tem compromisso com a ética, nem com a geração de retorno financeiro, nem de aplicação imediata; seu propósito é apenas com a geração do conhecimento novo. A pesquisa básica procura os princípios, os fundamentos do mundo, das coisas, do seu funcionamento; sua intenção é desvendar características, propriedades básicas dos fenômenos.

Quanto aos objetivos definidos, a pesquisa é de cunho descritiva e exploratória, pois visa descrever aspectos da população, por meio de investigação das suas características. É

trabalhada por meio do estudo das informações coletadas e interpretadas, com propósito de serem inseridas na pesquisa.

Gil (1991, p. 46) assim aponta: “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda de acordo com Gil (2012, p. 41), a pesquisa é também exploratória, considerando que: “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, tendo em vista que busca estabelecer ideias, evidenciar a observação dos fenômenos a serem pesquisados, demonstrar o grau de fundamentação, revisar ideias resultantes das análises dos dados e propor novas questões para esclarecer, modificar ou dar fundamento a respostas e ideias. Conforme Marconi e Lakatos (2008, p. 269):

[...] o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento.

A pesquisa foi realizada, levando em consideração a análise documental de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de três escolas de Educação Infantil na cidade de Santa Helena/PB. Bem como afirmam Ludke e André (1986, p. 39) “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador.” Logo, esse tipo de pesquisa visa buscar informações em documentos a fim de levantar questões e hipóteses sobre o tema de interesse do pesquisador.

3.2 Apresentação do *Lócus* da pesquisa e os sujeitos participantes

A presente pesquisa foi realizada no município de Santa Helena Paraíba, localizada no alto sertão paraibano em escolas da zona urbana. Tendo como amostra intencional professores que aceitaram participar da pesquisa e que trabalham em escolas de Educação Infantil do município.

A escola A, tem como público-alvo um conjunto de crianças com idade de 4 a 10 anos.

Os planejamentos escolares são participativos e acontecem, semanalmente, na segunda-feira à noite. As formações que ocorrem na escola são organizadas pela gestão da Instituição em parceria com a secretaria de educação do município. A escola B tem como público-alvo um conjunto de crianças de seis meses a quatro anos. Os planejamentos escolares são participativos e acontecem, semanalmente, na segunda-feira à tarde. As formações que ocorrem na escola são organizadas pela gestão da Instituição em parceria com a secretaria de educação do município. A escola C tem como público-alvo um conjunto de crianças com idade de 5 a 10 anos. Os planejamentos escolares também são participativos e acontecem, semanalmente, na segunda-feira à tarde. As formações que ocorrem na escola são organizadas pela gestão da Instituição, em parceria com a secretaria de educação do município. Todos os nomes escolhidos para apresentar as professoras são fictícios, garantindo o anonimato.

A Professora Mel trabalha na escola A, tem 28 anos de idade, é do sexo feminino, casada, possui Ensino Superior em Pedagogia desde 2018. Possui Pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais desde 2021. Seu vínculo empregatício é em uma escola pública municipal da cidade de Santa Helena PB, onde atua a 5 anos. Seu tempo de serviço na Educação Infantil é de 5 anos. A Professora Mel, não trabalha em nenhuma outra Instituição.

A Professora Lua trabalha na escola B, tem 48 anos, é do sexo feminino, desquitada, possui Ensino Superior em Pedagogia desde 2020. Não possui nenhuma Pós-graduação. Seu vínculo empregatício é em uma escola pública municipal da cidade de Santa Helena/PB, onde atua a 7 anos. Seu tempo de serviço na Educação Infantil é de 15 anos. A Professora Lua, não trabalha em nenhuma outra Instituição.

A Professora Sol, trabalha na escola C, tem 38 anos, é do sexo feminino, casada, possui Ensino Superior em Pedagogia desde 2019. Não possui nenhuma Pós-graduação. Seu vínculo empregatício é em uma escola pública municipal da cidade de Santa Helena/PB, onde atua a 9 anos. Seu tempo de serviço na Educação Infantil é de 2 anos. A Professora Sol, não trabalha em nenhuma outra Instituição.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

De acordo com Ludke e André (1986), a análise documental deve seguir uma sequência de procedimentos metodológicos. O primeiro passo é selecionar que tipo de documento será utilizado para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida a análise dos principais dados desses documentos, depois é preciso selecionar a forma de registro das informações coletadas, para assim começar a ler todo o documento e organizar os dados. Feito

isso, a etapa final é voltar a examinar todas as informações para construir as categorias de estudo. Os documentos a serem analisados serão o PPP de três escolas de Educação Infantil selecionadas, e os planos de ensino dos professores, participantes da pesquisa, a fim de identificar a presença ou a ausência da BNCC em sua elaboração.

Os dados foram coletados mediante uma ficha que identifica, ou não, nos PPPs das escolas e nos planos de ensino dos professores as competências e habilidades da BNCC. Foi utilizado, ainda, como ferramenta de coleta de dados um formulário, aplicado por meio do *Google Forms*, garantindo a segurança dos sujeitos envolvidos na pesquisa e respeitando os protocolos de segurança contra a COVID-19. Neste formulário, foi feito um questionamento sobre as ações realizadas pelos professores fundamentadas na BNCC. Assim:

O questionário é um formulário, previamente construído, constituído por uma série ordenada de perguntas em campos fechados e abertos, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Por isso, deve se atentar para o cuidado na elaboração das perguntas, para que não haja duplicidade de interpretação. É importante que o pesquisador se conscientize de que em uma pesquisa de dados remota nem sempre há o envolvimento e, conseqüentemente, necessita do cuidado para garantir a verdade e completude das respostas (MICHEL, 2009, p. 71).

O questionário na pesquisa é um procedimento bastante comum, oferece várias vantagens em relação aos instrumentos de coletas de dados, principalmente quando é usado através do formulário do Google, pois pode ser aplicado diretamente em grupos de whatsapp, de forma virtual, permitindo rapidez e acesso as participantes. As informações são acessíveis de serem preenchidas através do formulário digital, em que, muitas questões, são apenas de múltipla escolha, facilitando o procedimento.

Outra vantagem, é que as informações já vêm de forma organizada, contribuindo com o processo de análise e discussões dos dados coletados. No entanto, apesar do questionário ser um instrumento comumente utilizado na pesquisa também apresenta desvantagens, o pesquisador/a precisa construir questões que dialoguem com a questão problematizadora, com os objetivos e a fundamentação teórica da pesquisa precisa, ainda, apresentar clareza em cada pergunta, para que não aconteça uma porcentagem pequena de retorno, ou perguntas vindas sem respostas.

No capítulo seguinte, apresentaremos a análise dos dados coletados e as contribuições das professoras, participantes da pesquisa, acerca das reflexões da temática em estudo.

4 CONTRIBUIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATOS DE PROFESSORAS ATUANTES EM ESCOLAS PÚBLICAS

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro.

(FREIRE, 1996, p.16)

A partir dos estudos realizados sobre a temática da pesquisa e dos relatos das professoras atuantes na Educação Infantil, podemos observar como a BNCC vem contribuindo com o trabalho docente. Nesse sentido, podemos apresentar Phelipe (2018) quando enfatiza que os professores ganharam mais autonomia para planejar suas atividades, tendo mais clareza das aprendizagens que precisam ser favorecidas, a cada fase dessa primeira etapa da Educação Básica.

Assim, precisamos ressaltar que não basta dominar o entendimento acerca dos direitos de aprendizagens, dos campos de experiências e das competências da faixa etária em que o professor está atuando, mas é necessário, também, gerar condições na sala de aula e atividades adequadas adaptadas aos alunos que favoreça o alcance dos objetivos trazidos na BNCC (2017).

Conforme os resultados das entrevistas respondidas pelas professoras de escolas públicas, quando perguntados na primeira questão: De que forma a Base Nacional Comum Curricular tem sido trabalhada na Educação Infantil da escola em que elas atuam, a professora Mel enfatizou que vem sendo trabalhado como um documento norteador nas ações e no desenvolvimento das competências e aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

A professora Lua enfatiza que tem sido trabalhado como um documento que trouxe mudanças a serem realizadas em sala de aula, mas não descreveu quais mudanças foram essas. Já a professora Sol destaca que vem sendo trabalhado como um documento que ajuda os alunos/as, porém não destaca que tipos de ajuda foram essas. Podemos entender melhor essas respostas, conforme depoimento das três:

Vem sendo trabalhada como documento norteador nas ações e no desenvolvimento das competências e aprendizagens essenciais orientando o trabalho dos professores (PROFESSORA MEL, 2022).

Algumas mudanças foram ofertadas pela BNCC, que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, e é nessa fase que se inicia todo processo (PROFESSORA LUA, 2022).

Ajudando os alunos (PROFESSORA SOL, 2022).

Evidenciamos, portanto, a necessidade de uma formação dos profissionais de Educação Infantil, para que possam corresponder ao objetivo de compreender esse documento e realizar as aulas de acordo com o que é sugerido, zelando, de maneira compartilhada com as famílias, pelos cuidados e pela educação das crianças. Nesta perspectiva, percebemos que, apenas, uma professora utilizou os conceitos de maneira clara com o objetivo geral da BNCC em relação a como ser deve ser trabalhado esse documento nas escolas, pois:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento [...] (BRASIL, 2017, p. 7).

É necessário que esse documento seja trabalhado como um guia, uma base, um roteiro de orientação para os professores, pois de acordo Fornaciari (2019), o professor encontrou uma maneira de organizar seus planejamentos, seus planos de aula, ter mais autonomia na hora de elaborar as atividades e conversar com as famílias, pois agora, tem em mãos um documento que diz de como partir e de que forma se espera chegar, em relação a cada fase do percurso escolar dos alunos/as.

Na segunda questão, é perguntado se as professoras percebem mudanças na sua prática pedagógica, depois de conhecer o documento da Base Nacional Comum Curricular, as respostas foram unânimes. Assim elas afirmaram que

Sim, mudanças significativas que colocam cada vez mais as crianças como centro da educação, e ser ativo no processo das aprendizagens (PROFESSORA MEL, 2022).

Sim. Os eixos temáticos foram os novos focos da educação Infantil (PROFESSORA LUA, 2022).

Sim, pois a BNCC veio para nortear os professores, ela traz as habilidades e competência, que são muito importantes e essenciais que devem ser desenvolvidas em todas as escolas, tanto privadas como públicas (PROFESSORA SOL, 2022).

Nesse sentido, percebemos que esse conteúdo contribui de forma significativa com a aprendizagem dos alunos, uma vez que quando eles próprios são protagonistas das suas aprendizagens está ampliando sua capacidade de pensar, sua criatividade e, ao mesmo tempo, os colocando a um desafio de buscar meios adequados para se chegar ao desenvolvimento integral.

Considerando a fala da professora Lua, percebemos que há, ainda, uma dificuldade na ocasião de identificar o que são eixos estruturantes, direitos de aprendizagens, campos de experiências e competências gerais da Educação Básica. Assim sendo, apresentamos que: As interações e as brincadeiras são tão centrais na aprendizagem e no desenvolvimento infantil que são consideradas, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (2019), por meio das interações e das brincadeiras, as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimento e socialização.

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), servem para assegurar as condições de as crianças aprenderem na Educação Infantil. Os campos de experiências surgiram de acordo com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, e estabelecem a organização curricular da Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) estabelece que:

[...] Os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos. A forma de apresentação adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a clareza, a precisão e a explicitação do que se espera que todos os alunos aprendam na Educação Básica, fornecendo orientações para elaboração de currículos em todo o país, adequada aos diferentes contextos (BRASIL, 2017, p. 31).

Levando em consideração o exposto na BNCC (2017) como expectativa de aprendizagem na Educação Infantil, ressaltamos que as opções metodológicas que existia anteriormente como ‘identidade e interações’, ‘linguagem da arte’, ‘natureza e sociedade’, ‘oralidade e escrita’ também contemplava alguns objetivos de aprendizagem e desenvolvimento expressos para os campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular, e que os objetivos trazidos no documento, não são obrigatórios, pode haver a ampliação de alguns considerando a realidade de cada escola. Já as competências gerais da Educação Básica são definidas como a “[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais)” (BRASIL, 2017, p. 8).

Sendo assim, registramos a importância do planejamento coletivo e participativo para que os professores consigam dominar esses conceitos, identificando e diferenciando cada um deles, pois isso é fundamental na hora de realizar os seus planos de aulas, visto que, a partir de 2017, é perceptivo identificar quais são os professores/as que estão utilizando a BNCC em sala de aula, simplesmente ao ler os planos de aulas elaborados por eles/as.

Portanto, levando em consideração o resultado das respostas das professoras entrevistada, saber a diferença das nomenclaturas é fundamental em um direcionamento claro e sistematizado da aprendizagem esperadas em cada grupo destacados na Base Nacional Comum Curricular.

No que se refere à opinião das professoras sobre quais são os direitos de aprendizagem apresentada na Base Nacional Comum Curricular e de que forma cada um contribui para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil, perguntado na terceira questão, apenas duas professoras responderam citando os direitos que estão na BNCC. Dessa forma os seus argumentos foram:

De acordo com a BNCC, são seis os direitos de aprendizagem, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Cada um desses direitos direciona e orienta o planejamento dos professores e especificam as maneiras pelas quais as crianças devem aprender (PROFESSORA MEL, 2022).

Foram estabelecidos seis direitos: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer. É a partir daí que vamos trabalhar o que as crianças realmente precisam para melhorar na aprendizagem (PROFESSORA LUA, 2022).

Suas contribuições são os direitos de aprendizagem, ajudando a permanência do aluno no ambiente escolar (PROFESSORA SOL, 2022).

Nessa perspectiva, verificamos que para trabalhar os direitos de aprendizagem das crianças o professor/a precisa no mínimo saber destacá-los, para proporcionar uma dinâmica na busca pela garantia destes. Nesse sentido, de acordo com Phelipe (2018), os direitos de aprendizagem quando garantidos por meio de atividades lúdicas torna-se muito mais envolvente favorecendo a construção de significados de conhecimentos do mundo da criança. Então, através de metodologias distintas a aprendizagem pode ocorrer de forma bastante significativa.

Dessa forma, quando a professora não destaca quais são esses direitos de aprendizagem apresentada na Base Nacional Comum Curricular, compreendemos que é necessária mais formação continuada para a escola em que ela atua. Nessa mesma linha de

pensamento, quando foi perguntada na quarta questão sobre qual é a finalidade da Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular, as professoras responderam:

[...] promover um ensino nos quais as crianças vivam experiências, façam observações, manipulem objetos, façam investigações, explorem, levantem hipóteses, sejam sujeitos ativos no processo de aprendizagem a fim de chegarem às respostas sobre suas curiosidades e indagações (PROFESSORA MEL, 2022).

[...] formar a base para o educando de forma prazerosa”. Através de jogos e brincadeiras. Levando em conta a bagagem da criança e objetivando novos conhecimentos (PROFESSORA LUA, 2022).

Tem como finalidade a participação e a autonomia das crianças em sala de aula, ajudando assim sua vida no cotidiano (PROFESSORA SOL, 2022).

Assim, é perceptivo nas respostas das professoras entrevistadas que, ainda, existe uma confusão em relação ao entendimento sobre a real finalidade da Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum. Nesse ponto de vista, sabemos que o profissional de Educação Infantil vem, durante a sua trajetória, experimentando diferentes exigências em relação a sua atuação. Essas mudanças vêm sendo feitas devido às determinações históricas, sociais, culturais e legais.

Phellipe (2018) explana que “[...] atualmente, a finalidade da Educação Infantil aponta para o desenvolvimento integral da criança” (PHELLIPE, 2018, p. 9), salientando ser necessário que seja trabalhado o desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e o desenvolvimento social. O autor também ressalta que é finalidade da Educação Infantil a indissociabilidade entre o cuidar e o educar.

Nessa lógica, sabemos que o desenvolvimento de uma criança não ocorre de forma linear, as mudanças acontecem gradualmente e estão relacionadas a fatores biológicos e aqueles proporcionados pelos ambientes familiar, escolar, entre outros de que a criança participe.

Nesse sentido, o professor/a precisa compreender como ocorre o desenvolvimento da criança da Educação Infantil para elaborar em sala de aula vivências que tenham como objetivo atingir esse desenvolvimento. Podemos citar como exemplo de experiências que trabalhe o desenvolvimento físico-motor as atividades relacionadas à coordenação motora, como as que envolvem o uso de tesouras. Como exemplo de experiências que trabalhe o desenvolvimento emocional podemos destacar as atividades de rodas de conversas, usando cartões para as crianças expressarem por meio deles se está sentindo alegrias, medo, tristeza

ou raiva. Como exemplo de experiências que trabalham o desenvolvimento cognitivo, podemos citar as atividades que envolvem números e letras. E, por fim, citamos as experiências que trabalham o desenvolvimento social as ações que envolvem jogos e brincadeiras em grupos.

No que se refere ao que elas entendem por competência geral da Base Nacional Comum Curricular, perguntado na quinta questão, a professora Mel relatou a importância das 10 competências gerais, descreveu todas elas e enfatizou a relevâncias de serem trabalhadas. Assim:

[...] A BNCC possui 10 Competências Gerais, que permite aos estudantes desenvolverem plenamente cada uma das habilidades e aprendizagens essenciais estipuladas pela Base. Alguns exemplos é a cultura digital, o pensamento científico, crítico e criativo e autoconhecimento e autocuidado, repertório cultural, capacidade de comunicação, trabalho e projeto de vida, argumentação, empatia e cooperação (PROFESSORA MEL, 2022).

Ao observar a resposta relacionada ao conhecimento que a professora possui sobre as dez competências gerais da Educação Básica e como podem interferir no processo de aprendizagem da criança, podemos refletir que a professora Mel relatou a importância das 10 competências gerais, descreveu todas elas e enfatizou a relevâncias de serem trabalhadas.

A importância de desenvolver essas competências até o Ensino Médio é significativa, pois poderá transformar a sociedade para melhor. Como enfatiza a autora Fornaciari (2019), nós vivemos em uma sociedade adoecida, e um dos motivos que precisam ser excluído rapidamente das escolas é a preocupação de alfabetizar as crianças cada vez mais cedo e de forma, ainda, mecânica, não sobrando tempo nem espaço para que a criança tenha seus direitos garantidos, como o de brincar e, sobretudo, se desenvolver de forma integral. É perceptível que vários estudantes chegam ao Ensino Superior com poucas ou nenhuma dessas competências desenvolvidas. Para a mesma questão a professora Lua afirma que é trabalhando as competências que chegamos ao objetivo da base. Desse modo:

É através do trabalho contínuo das dez competências geral da Educação Básica que ajudamos as crianças desenvolver o conhecimento do mundo, as habilidades práticas e cognitiva para que assim possamos chegar no objetivo da BNCC (PROFESSORA LUA, 2022).

Essa fala nos convida a refletir sobre o objetivo principal da Base em relação à Educação Infantil, que é: Garantir os 6 direitos de aprendizagem das crianças; trabalhar os 5

Campos de experiências; desenvolver as 10 Competências gerais da Educação Básica; e, formar o aluno/a de maneira integral (BRASIL, 2017). Cabe ressaltar ainda, que o desenvolvimento integral da criança se constrói a partir do momento de interação uma com as outras. Sobre isso, afirmamos que:

Faz-se necessário acompanhar esse desenvolvimento, sempre respeitando o jeito próprio de a criança se manifestar em cada idade, tendo plena consciência de que nenhuma criança é igual à outra. É importante lembrar que tentar antecipar as etapas ou não incentivar e apoiar a criança pode ter consequência negativa na vida adulta (PHELIPE, 2018, p. 6).

Além de o desenvolvimento infantil não acontecer de maneira linear, podemos enfatizar que também não ocorre de maneira fragmentada. Ao contrário, se dá de maneira integrada. Portanto, reafirmamos que cada criança tem suas características individuais, sua história de vida, seu tempo e seu ritmo de aprendizagem. Ainda de acordo com a mesma questão a professora diz:

As competências percorrem toda Educação Básica, mas desde a Educação Infantil, esse trabalho já deve ser iniciado, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver (PROFESSORA SOL, 2022).

Por esse lado, a professora as respostas dessa professora transmitem clareza em relação ao seu trabalho contemplando competências trazidas na BNCC. Ela demonstra compreender que embora as 10 competências sejam destinadas para serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica é necessário considerar, ainda mais, na fase da Educação Infantil. Podemos afirmar que existem condições para que essas competências sejam trabalhadas na Educação Infantil, no entanto esse trabalho deve acontecer sempre respeitando os eixos estruturantes: interações e brincadeiras. A imitação, a criatividade e a imaginação que contempla esses eixos são fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças. Sobre isso, afirmamos que:

Para auxiliar nesse processo, o professor deve organizar ambientes da sala de aula com elementos que favoreçam a brincadeira de faz de conta, como, móveis, utensílios e objetos variados. Esses ambientes são chamados de cantinhos encantados e lá pode ser desenvolvidas várias atividades de acordo com a BNCC (PHELIPE, 2018, p. 35).

Assim, através das brincadeiras as crianças são convidadas a desenvolver as competências gerais da Educação Básicas por meio de interações e brincadeiras. A postura do

professor, a intencionalidade da sua ação pedagógica, a organização do tempo, dos espaços e dos materiais são alguns dos fatores que influenciam diretamente na maneira como as crianças aprendem.

Para finalizar a discussão, quando foi perguntado na sexta questão como o professor/a deve lidar com as pessoas que exigem que a criança saia da Educação Infantil alfabetizada de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, a professora Lua relatou:

[...] De acordo com a BNCC a criança tem até o 2º ano do Ensino Fundamental para ser alfabetizada. Lembrando que é na educação infantil que a criança recebe informações sobre a escrita, porém respeitando os eixos estruturantes da Educação Infantil que são as interações e as brincadeiras, de forma lúdica, através de jogos e brincadeiras etc. (PROFESSORA LUA, 2022).

O exposto justifica a necessidade de explicar para as pessoas que antes de trabalhar a alfabetização propriamente dita é necessário entender que existe uma transição a ser compreendida pela criança e só depois iniciar o processo de alfabetização. Phelipe (2018) destaca no seu livro de orientação ao professor de Educação Infantil que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve haver uma continuidade do que é feito na Educação Infantil, pois ambos estão interligados. Porém na lista de direitos de aprendizagem das crianças de Educação Infantil trazidas na BNCC (2017) aparece: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhece-se, mas não aparece ‘alfabetizar-se’.

Estudos desenvolvidos por Phelipe (2018) enfatizam que somente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será possível intensificar as experiências com a língua oral e escrita iniciadas na Educação Infantil, portanto, escolas, professores e família precisam compreender que a Educação Infantil iniciará essa experiência com a escrita e leitura, mas será através de jogos e brincadeiras e é somente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que será efetivado a alfabetização. Assim, vimos na resposta da professora Sol relacionada à mesma questão ela faz uma análise acerca da alfabetização quando diz:

[...] As escolas e os professores têm que reunir os pais e explicar como funciona a BNCC, para que eles tenham o conhecimento e saber que seu filho não vai sair da Educação Infantil alfabetizada, mas sim desenvolvendo as competências e habilidades que são permitidos nesse documento (PROFESSORA SOL, 2022).

Isto nos convida a propor como alternativa para melhorar a compressão das famílias sobre as condições do ensino, e abrir espaços de reflexão entre os professores, permitindo-

lhes fazer uma análise consciente do seu desempenho em sala de aula, para reconsiderar o que pretendem transmitir, detectar as próprias incoerências, esclarecer a sua concepção do processo de ensino aprendizagem, o papel que nele desempenham e, sobretudo, valorizar a importância das formas de pensar e sentir dos seus alunos/as, mesmo com o ensino remoto, sugerindo alguns feedbacks das famílias e fazer essas análises para que o processo de ensino aprendizagem seja significativo para ambos como enfatiza Phelipe (2018).

No processo de desenvolvimento da alfabetização da criança, é indispensável lembrar que cada uma tem suas características individuais, sua história, seu tempo e seu ritmo. Ainda de acordo com a sexta questão, a professora Mel responde que:

De acordo com a Base, observa-se que deve haver uma continuidade do que é feito na Educação Infantil, que há uma ponte entre os segmentos da educação infantil e os anos iniciais do Fundamental, ambos estão interligados, nos anos iniciais do Fundamental será possível intensificar as experiências com a língua oral e escrita iniciada na Educação Infantil, mas é preciso entender que os eixos que estruturam a educação infantil são as interações e brincadeiras. (PROFESSORA MEL, 2022)

Existe a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, pois é no 1º e no 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, segundo a BNCC (2017) que a criança deve ser alfabetizada. Dessa forma, compreender como essa transição deve acontecer é aspecto fundamental para os professores dessas duas etapas de ensino da Educação Básica. Sobre isso,

Essa transição deve ser marcada pelo planejamento, bem como pela sutileza e afetividade, devendo acontecer de maneira que valorize as potencialidades e o crescimento das crianças, não sendo permeada por ansiedade, insegurança e medos (PHELIPE, 2018, p. 27).

Planejar a transição significa conversar com as crianças sobre as mudanças que ocorrerão em sua vida escolar. O professor deve acolher as hipóteses e os receios das crianças, criar momentos de escuta e troca de informações com as famílias, propor visitas as escolas que as crianças frequentarão na nova etapa. A Base Nacional Comum Curricular (2017) orienta sobre como essa transição deve ser realizada, trazendo luz à questão da continuidade das experiências e não fragmentação do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, podemos destacar que muitas foram as mudanças ocorridas na prática pedagógica das professoras, depois do trabalho com a BNCC. A primeira mudança que pode ser observada é que a criança passou a ser vista como protagonista do seu processo de ensino aprendizagem; a segunda é que agora a Educação Infantil apresenta as orientações necessárias

para que seja organizado o seu próprio currículo; a terceira mudança é que agora, a Educação Infantil apresenta uma divisão por grupo de faixa etária, ajudando o professor/a saber, o que as crianças precisam desenvolver de acordo com suas idades; a quarta é que com a BNCC o professor/a recebe pronto os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser garantidos em sala de aula, os campos de experiências que substituíram as disciplinas e o mais importante, a BNCC entrega para os professores, todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimentos de acordo com a faixa etária que a turma se encontra, mas o/a professor/a pode, também, elaborar seus objetivos de acordo com o que será trabalhado.

Cabe então, ressaltarmos aqui para os professores/as, que é indispensável à consulta à Base Nacional Comum Curricular e ao Projeto Político Pedagógico da instituição escolar no momento do planejamento. Portanto, as escolas de Educação Infantil deve considerar a criação de um ambiente interacional rico em situações que provoquem o desenvolvimento integral das crianças, que elas sejam diariamente estimuladas a realizar descoberta, o envolvimento em brincadeiras e explorações com companheiros, devendo priorizar o desenvolvimento da imaginação, do raciocínio e da linguagem, como instrumentos básicos para a criança se apropriar de conhecimentos elaborados em seu meio social, buscando explicações sobre o que ocorre à sua volta.

Concluimos que a Base Nacional Comum Curricular (2017) orienta de maneira positiva o percurso que o professor/a deve caminhar para ser um melhor mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios. Observamos nas respostas das professoras entrevistadas, que a BNCC tem contribuído com o processo de ensino aprendizagem nas escolas municipais de Educação Infantil da cidade de Santa Helena/Paraíba.

A seguir, apresentaremos as considerações finais para encerrarmos, por enquanto a monografia, mas que ainda teremos muito a refletir acerca da temática em estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.

(FREIRE, 1996, p. 26)

Ao analisar os estudos apresentados, destacamos a importância da reflexão que os professores devem realizar acerca da sua prática, uma vez que essa prática é influenciada diretamente ou indiretamente por toda a vida do aluno/a. Na verdade, se o professor negligencia o seu papel ele causará prejuízo na vida dos estudantes.

Podemos enfatizar, ao escrever esta monografia considerando a temática escolhida, que o papel do profissional de Educação Infantil é complexo, mas também é extremamente gratificante, quando realizado de maneira que garanta o desenvolvimento integral das crianças. É um trabalho que favorece a satisfação quando vemos as crianças desenvolvendo as habilidades necessárias para viver em sociedade, como expressando claramente o que pensa e sente; quando sabe ouvir, argumentar, compreender e conviver com os outros. No caso específico das crianças, o que é ensinado pelo professor/a de Educação Infantil é interpretado por eles como verdade absoluta e isso é encantador.

Através da pesquisa com as professoras, conseguimos compreender que é preciso qualificar as formações continuadas nas escolas para que os professores/as não se deparem com tantas dúvidas em sala de aula, pois de uma forma ou de outra é sob eles que recaem a maioria das responsabilidades relacionadas à aprendizagem das crianças; além disso, é neste contexto educacional onde ocorre a preparação para assegurar uma formação humana integral, com pessoas mais preparadas para viver sem adoecer. A troca de perspectivas e conhecimentos entre professores nas formações continuadas torna mais sólida o processo de ensino aprendizagem.

No que se refere à BNCC, é oportuno destacar que ela se dá de forma organizada, uma vez que, tanto as crianças como os professores/as foram beneficiadas. No entanto, esse documento, como qualquer outro, deixa de funcionar se não atribuirmos a ele à sua função, o seu valor; ou seja, não se pode estabelecer uma aula de acordo com a BNCC sem antes compreendermos o que existe no documento para ser colocado em prática.

É imprescindível entendermos que o processo de ensino e aprendizagem não dependem, apenas, do aluno, ou do professor, é algo que imediatamente leva ao reconhecimento educacional como um todo e da necessidade de uma nova forma de conceber esse processo, uma vez que o aluno deve ser percebido, a partir de suas particularidades, ou seja, cada aluno tem características específicas, cada um tem um ritmo de desenvolvimento diferente, então o desafio do professor/a é partir dessa diversidade para programar estratégias que lhes permitam perceber a capacidade que cada aluno possui para, desta forma, desenvolver o máximo do seu potencial, aproveitando os conhecimentos que adquire no dia-a-dia.

Nesse sentido, vale destacar que a Base Nacional Comum Curricular e suas implicações no processo de ensino aprendizagem na compreensão de professores de Educação Infantil, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena Paraíba e abordar sua análise com uma metodologia qualitativa, nos permitiu revelar os modos de pensar das professoras e os benefícios que esse documento permite aos educadores.

A partir das constatações realizadas durante a pesquisa, podemos afirmar que apesar de sabermos das existências de dificuldades no âmbito escolar, em relação à compressão da BNCC, as professoras apresentaram conhecimentos sobre a importância desse documento e estão tentando compreendê-lo cada vez mais. É fundamental entendermos que a BNCC deve ser trabalhada na escola, pois é notório o quanto auxilia os docentes.

Ao se trabalhar sendo norteados por esse documento os professores poderão conhecer as especificidades de cada campo de experiências com as crianças, por meio de vivências que contemplem a realidade sociocultural de determinada região e agregar valores e sentimentos de cuidar e zelar pelo bem-estar das crianças.

Por fim, ressaltamos que os objetivos traçados para esta pesquisa foram respondidos, pois conseguimos analisar como está sendo trabalhada a BNCC em escolas públicas municipais da zona urbana da cidade de Santa Helena/Paraíba. Conseguimos conhecer um pouco mais sobre o que elas entendem acerca do trabalho a partir dos campos de experiências e nos abriram novas possibilidades de pesquisa, dessa vez voltada para a zona rural. Assim, essa pesquisa tem sido o início de outras tantas que poderão ser realizadas na continuidade da nossa formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. 1. ed. Brasil: PNLD - Moderna, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituico.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 10 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3, p. 115-160.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): “**A etapa da Educação Infantil**”. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/ Secretaria de educação básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/SEB 5/2009. Brasília: Diário Oficial da União, 18 de dezembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CRAIDY, C.; KAERCHER, E. P. da S. (Org). **Educação infantil**: pra quê te quero? Porto Alegre: Artemed, 2001.

FORNACIARI, G. Semana da BNCC. Base Nacional Comum Curricular no Método Doutora Escola. **Doutora Escola**, 2019. Disponível em: <https://bncc.doutoraescola.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FORNACIARI, G. **Semana da BNCC**. Doutora Escola Guaciaria. Youtube, 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ddKyhtQqHIw>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. São Paulo: Editora Plano, 2002.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? *In*: Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PHELIPE, A. **Mais Cores: Solução Educacional**. 3. ed. Curitiba: Positivo Ltda., 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. V. M. da; FRANCISCHINI, R. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 257-276, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/699>. Acesso em: 15 mar. 2021.



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Cajazeiras/PB, realizo uma pesquisa intitulada: **Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular: possíveis discussões acerca do processo de ensino - aprendizagem**, sob a supervisão da Prof. Dr^a Zildene Francisca Pereira (UFCG), cujo objetivo principal é: Analisar como vem sendo discutida a Base Nacional Comum Curricular, voltada para a Educação Infantil, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Helena – PB.

Sua participação envolve a realização de uma entrevista semiestruturada com seis (06) questões abertas. Gostaríamos de enfatizar que sua participação, nesse estudo, é voluntária e não envolve qualquer desconforto com relação à pesquisa.

Na publicação dos resultados, desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá com a produção de conhecimento científico na área educacional, voltada mais especificamente a Educação Infantil.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa contatar com a Professora Orientadora Zildene Francisca Pereira, e-mail: denafran@yahoo.com.br e a Pesquisadora Franciclébia Vieira Martins, e-mail: clebiavm@gmail.com

Atenciosamente,

Assinatura da Pesquisadora/Estudante

Matrícula

Assinatura da Professora Orientadora

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante Voluntário(a) da Pesquisa

RG:

_____, ____/____ de 2022.



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE B – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E QUESTIONÁRIO

Nome: _____

Pseudônimo: _____

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Estado Civil: _____

Escolaridade: () Ensino Médio () Magistério () Graduação () Pós-Graduação

Graduação: _____

Ano que concluiu: _____

Pós-Graduação: _____

Ano que concluiu: _____

Vínculo empregatício: _____

Tempo de serviço na Educação Infantil: _____

Tempo de serviço nesta escola: _____

Além dessa escola você trabalha em outra: _____

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

1. De que forma a Base Nacional Comum Curricular tem sido trabalhada na Educação Infantil da escola em que você trabalha?
2. Você percebe mudanças na sua prática pedagógica, depois de conhecer o documento da Base Nacional Comum Curricular?
3. Em sua opinião quais são os direitos de aprendizagem apresentados na Base Nacional Comum Curricular e de que forma cada um contribui para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil?
4. De acordo com os seus conhecimentos qual é a finalidade da Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular?
5. O que você entende por competência geral da Base Nacional Comum Curricular? Você poderia citar exemplos?
6. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, como o professor deve lidar com as pessoas que exigem que a criança saia da Educação Infantil alfabetizada?